



# Anais da Assembléia

N.º 149 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 1990 ANO XVI

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 111.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1990  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, secretariada pelos Senhores Deputados Luciano Pizzatto e Renato Adur.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Eduardo Baggio, Paulo Furiatti e Rubens Bueno (04). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)  
- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)  
- Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem)  
- Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)  
- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda à chamada nomi-

nal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem)  
- Senhor Presidente, declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)  
- Está aprovada a Ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N.º 223/90

Curitiba, 05 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Congonhinhas o imóvel constituído de uma área medindo 4.000,00 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados) parte de outra área maior, situada no lugar denominado Patrimônio Nossa Senhora do Carmo, naquele município, havida pelo Estado conforme transcrição n.º 1.337, às fls. 38, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas.

O anteprojeto ora submetido à consideração dessa Augusta Casa de Leis, consultada plenamente aos interesses da administração e da coletividade eis que, conforme esclarecimentos do Senhor Prefeito de Congonhinhas, assim como em face de disposições expressamente contidas, aquela municipalidade irá utilizar tal imóvel na construção de uma praça e de uma creche com parque infantil. É também previsto que o referido imóvel ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade e que reverterá automaticamente ao patrimônio do Estado caso seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo auto-

rizado a doar ao município de Congonhinhas, o imóvel constituído de uma área medindo 4.000,00 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), parte de outra área menor, situada no lugar denominado Patrimônio Nossa Senhora do Carmo, naquele município, havida pelo Estado conforme transcrição n° 1337, às fls. 38, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas.

Art. 2° - O imóvel de que trata esta lei ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade e será exclusivamente utilizado pelo donatário na construção de uma praça e de uma creche com parque infantil, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado se utilizado para outros fins.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 224/90

Curitiba, 06 de dezembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que:

- Reestima as Receitas de Recolhimento Centralizado no vigente Orçamento Geral do Estado para Cr\$ 144.547.971.756,00 (cento e quarenta e quatro bilhões, quinhentos e quarenta e sete milhões, novecentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis cruzeiros);

- Solicita aprovação de créditos suplementares ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9173, de 27 de dezembro de 1989, no valor de Cr\$ 881.792.306,00 (oitocentos e oitenta e um milhões, setecentos e noventa e dois mil, trezentos e seis cruzeiros), sendo para a Chefia do Poder Executivo a importância de Cr\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros), visando dar continuidade a construção do Ambulatório do Hospital Universitário de Londrina, e para a Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, a importância de Cr\$ 816.792.306,00 (oitocentos e dezesseis milhões, setecentos e noventa e dois mil, trezentos e seis cruzeiros), destinados a atender compromissos com juros da dívida interna.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reestima a receita de Recolhimento

Centralizado e aprova créditos suplementares, alterando os orçamentos da Chefia do Poder Executivo e da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, e retifica código constante do anexo I, da Lei Estadual n° 9451, de 29 de novembro de 1990.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1° - Fica a Receita de Recolhimento Centralizado reestimada para Cr\$ 144.547.971.756,00 (cento e quarenta e quatro bilhões, quinhentos e quarenta e sete milhões, novecentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis cruzeiros), conforme anexo I desta lei.

Art. 2° - Fica aprovado um crédito suplementar na importância de Cr\$ 881.792.306,00 (oitocentos e oitenta e um milhões, setecentos e noventa e dois mil, trezentos e seis cruzeiros), ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9173, de 27 de dezembro de 1989, sendo a importância de Cr\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros), para a Chefia do Poder Executivo e a importância de Cr\$ 816.792.306,00 (oitocentos e dezesseis milhões, setecentos e noventa e dois mil, trezentos e seis cruzeiros), para a Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Os recursos para a cobertura do crédito suplementar a que se refere o artigo 2° desta lei são provenientes de operação de crédito, não prevista no orçamento, junto a Caixa Econômica Federal, através do FAS, no valor de Cr\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros), e de operação de crédito, capitalização de juros do aviso 9, no valor de Cr\$ 816.792.306,00 (oitocentos e dezesseis milhões, setecentos e noventa e dois mil, trezentos e seis cruzeiros).

Art. 4° - Fica alterada a redação do anexo I da Lei Estadual n° 9451, de 29 de novembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado n° 3400, quanto às naturezas de despesa do projeto 1150 - Programação a Cargo do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, de 4311.02 para 4313.00, permanecendo inalteradas suas fontes e valores. Sendo seus efeitos retroativos à data de publicação da referida lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## ANEXO I

## REESTIMATIVA DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO - 1990

Cr\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	REESTIMATIVA PROJETO LEI No.576	REESTIMATIVA PREVISTA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	128.926.481.000	128.926.481.000	-
Receita Tributária	103.595.733.780	103.595.733.780	-
Receita Patrimonial	5.929.917.000	5.929.917.000	-
Receita Agropecuária	300.000	300.000	-
Receita Industrial	2.756.520	2.756.520	-
Receita de Serviços	869.700	869.700	-
Transferências Correntes	17.928.460.000	17.928.460.000	-
Outras Receitas Correntes	1.468.444.000	1.468.444.000	-
RECEITAS DE CAPITAL	14.739.698.450	15.621.490.756	881.792.306
Operações de Crédito	13.201.840.450	14.083.632.756	881.792.306
Alienação de Bens	30.000	30.000	-
Amortização de Empréstimos	87.828.000	87.828.000	-
Transferências de Capital	1.450.000.000	1.450.000.000	-
T O T A L	143.666.179.450	144.547.971.756	881.792.306

SUPLEMENTACAO		ANEXO II		FL. 01	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOPROCI
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I
0907	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL	I	I I I		I I
	IDA CIENCIA, TECNOLOGIA E	I	I I I		I I
	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	I	I I I		I I
2083	IMANUTENCAO DO GABINETE DO	I	I I I		I I
	ISECRETARIO ESPECIAL DA CIENCIA,	I	I I I		I I
	ITECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO	I	I I I		I I
	IECONOMICO	I	4130.00 I 20 I I I	65.000.000	I 1251 I
2500	IADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I I I		I I
	IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA	I	I I I		I I
2501	IENCARGOS GERAIS DO ESTADO	I	I I I		I I
2234	IENCARGOS GERAIS DA DIVIDA PUBLICA	I	I I I		I I
	IINTERNA	I	3261.00 I 00 I I I	816.792.306	I 1251 I
TOTAL			I	881.792.306	I

**Requerimentos:****REQUERIMENTO N° 2763**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência e a constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 610/90, que declara de Utilidade Pública a ADESCAM - Associação dos Docentes de Ensino Superior de Campo Mourão, na próxima sessão plenária, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamiento: Nereu Carlos Massignan, Hermas Brandão, Haroldo Rodrigues Ferreira e Nelson Vasconcellos.

**REQUERIMENTO N° 2771**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente e adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja concedido Regime de Urgência aos Projetos de Lei n°s 312/90, que "dispõe sobre a escala de trabalho dos praças da Polícia Militar e dá outras providências"; 313/90, que "institui o auxílio-natalidade especial e dá outras providências", e 377/90, que "dispõe sobre o percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências".

Requer-se, ainda, que a Assembléia seja constituída em Comissão Geral de Plenário para apreciação e parecer sobre as respectivas matérias.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 2805**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 188/90.

Sala das Sessões, em 06.12.90

(a) PIRAJÁ FERREIRA

**REQUERIMENTO N° 2801**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia e Comissão Geral para o Projeto de Lei n° 364/87, que autoriza o Poder Executivo a fixar o valor da taxa de esgoto em até 20% do valor da taxa de água.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO N° 2762**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

**REQUERIMENTO N° 2760**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, do Projeto de Resolução n° 168/90, em razão da importância da matéria, que após sua apresentação em Plenário, não teve tempo hábil para um correto estudo da mesma. Além disso, o projeto de resolução em questão aguarda estreita similitude com um código, devendo, por isto, ser votado seguindo um procedimento especial.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) NEIVO BERALDIN

**REQUERIMENTO N° 2764**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 434/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 1.ª discussão, pelo prazo de 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

**REQUERIMENTO N° 2765**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 603/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 216/90 que autoriza a firmar com o município de Bocaiúva do Sul, termo de cessão de uso de área que especifica, situada em Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

**REQUERIMENTO N° 2766**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 604/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 219/90, que altera a partir de 1° de novembro de 1990, na forma do anexo desta lei, a tabela de vencimentos de que trata o anexo da Lei n° 9341, de 18 de julho de 1990, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 606/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 202/90, que autoriza a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel que especifica, no município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 608/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 221/90, que dispõe a gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, previstas no artigo 172, item X, da lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, fica fixada em 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico dos servidores em exercício no Departamento Penitenciário do Estado.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apre-

ciação e parecer ao Projeto de Lei n° 609/90, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita ao município de Goioerê, imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 496/90 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Coordenadoria de Pesquisa e Ensino Artístico - CEA.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 475/90 de autoria do Poder Executivo, que autoriza a firmar com o município de Maringá, termo de cessão de uso de uma área com 672,96 m<sup>2</sup>, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 467/90 de autoria do Poder Executivo, que regulariza a situação dos inativos no cargo de Guarda Civil da extinta Guarda Civil, assegurando-lhes proventos equivalentes à 4.ª classe da carreira de Agente de Segurança, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 468/90 de autoria do Poder Executivo, que cria o estágio remunerado nas instituições públicas estaduais, da administração direta e indireta e fundações instituídas pelo Poder Público.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 547/90 de autoria do Poder Executivo que cria o Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação - SEED, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, os empregos que especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 564/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 194/90, que autoriza a participar de consórcio com o Estado de Santa Catarina, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 561/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 193/90, que autoriza a participar de consórcio com outros Estados, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 527/90, de autoria do Poder Executivo que cria 352 empregos de Agente de Reclusão II, no Quadro de Pessoal CLT, do Departamento Penitenciário do Estado, Unidade da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 540/90, de autoria do Poder Executivo que concede abono provisório aos integrantes do Magistério Estadual, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 526/90, de autoria do Poder Executivo que autoriza a doar ao Município de Toledo o imóvel que especifica no distrito de Novo Sarandi.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n°

600/90, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o município de Cruzeiro do Oeste, termo de cessão de uso do imóvel onde funciona o núcleo social naquele município.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 601/90, de autoria do Poder Executivo, que transforma na estrutura da Coordenação da Receita do Estado da Fazenda, cinco cargos de provimento em comissão de Delegado Regional da Receita, categoria "C" em cinco cargos de provimento em Comissão de Assistente Técnico.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 587/90, de autoria do Poder Executivo, que altera a tabela de salários do pessoal regido pela CLT, integrante do Grupo Atividade Aviação, da Divisão de Transporte, da Casa Militar, da Governadoria do Estado.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 599/90, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel constituído pelo lote de terras, na sede do município de São Jerônimo da Serra, de propriedade do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 465/90, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura organizacional básica da Polícia Civil do Estado.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 575/90, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Manguinhos, o lote de terreno sob n° 16A, situado no quadro suburbano da sede daquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 466/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 152/90 que altera a redação do artigo 290 pela Lei Complementar n° 14 de 26.05.82, alterado pela Lei Complementar n° 19 de 29.12.83. (Quadro de Pessoal da Polícia Civil).

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 292/90 de autoria do Poder Executivo, que autoriza a ceder em caráter de utilização gratuita, à Fundação Universidade Estadual



de Maringá, 10 (dez) salas de aula, 1 (uma) sala destinada à biblioteca e 1 (uma) residência ao guardião, todas do Bloco I, do Colégio Estadual "Igléa Groli-mann", do município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 385/90, de autoria do Poder Executivo, que autoriza mediante escritura pública, transferir à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - a título de aumento de capital.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 454/90 de autoria do Poder Executivo, que autoriza a ceder em caráter de utilização gratuita ao município de Rio Negro, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado naquele município.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 54/90 de autoria do Poder Executivo, que autoriza a ceder em caráter de utilização gratuita à União Federal, através do Tribunal Regional do Trabalho, imóvel do Estado localizado no município de Toledo.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 194/90 de autoria do Poder Executivo que autoriza a doação ao município de Castro, um imóvel medindo 12,10 hectares e benfeitorias nele existentes, no município de Castro.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 203/90, de autoria do Poder Executivo que autoriza a doar ao município de Campo Mourão a área de terras que especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 566/90, fica a Lei n° 8521, de 6 de julho de 1987, com alteração procedida pela Lei n° 9114, de 1° de novembro de 1989, acrescida de artigo 6° e parágrafo único. (Proibida a venda de bilhetes para crianças e adolescentes).

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 2798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 619/90, que reestima a Receita de Recolhimento Centralizado e aprova créditos suplementares, alterando os orçamentos da Chefia do Poder Executivo e da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, e retifica código constante



do anexo I, da Lei Estadual n° 9451, de 29 de novembro de 1990, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2800

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral e conferir Regime de Urgência, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, aos Projetos de Lei, de n°s 612/90 a 615/90, que versam sobre doações de imóveis à Prefeitura de Foz do Iguaçu, e que os mesmos serão incluídos na sessão do dia 10 de dezembro de 1990 às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 605/90, que concede aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça a gratificação de responsabilidade técnica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 611/90, que acresce Parágrafo Único ao art. 1° da Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, modificando a Lei n° 9114 de 10 de novembro de 1989, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n°

618/90, que declara de Utilidade Pública área de terras, para fins de desapropriação, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 2761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor PEDRO PINTO DE OLIVEIRA, ocorrido no dia 06/12/90.

O extinto deixa a lamentar sua morte seus filhos, parentes e amigos.

Requer, ainda, que da decisão de Plenário seja dada ciência aos familiares, sito à Rua 31 de Março, s/n°, Cantagalo / PR.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Pertencente à tradicional família de Laranjeiras do Sul, o Senhor PEDRO PINTO DE OLIVEIRA, com 91 anos de idade, gozava do mais elevado conceito junto a comunidade.

Homem dedicado ao trabalho, o extinto deixou grande número de amigos, todos inconformados com seu desaparecimento. Conhecedor de sua vida de dedicação à família e a pecuária, bem como de sua anônima e desinteressada contribuição ao desenvolvimento do Município, entendo justo que esta Casa registre nosso profundo pesar.

REQUERIMENTO N° 2770

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos ao Vereador Carlos Afonso Staniszewski, do município de Campo Mourão, eleito em sessão ordinária do último dia 04 de dezembro, Presidente do Legislativo Municipal.

Que a presente proposição represente os cumprimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, além do desejo de que a nova tarefa que se impõe, resulte profícua e empreendedora.

Requer-se, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, na Câmara Municipal de Campo Mourão, Rua Brasil, 815 Centro - Campo Mourão-Pr, Cep 87300.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

REQUERIMENTO N° 2796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Exmo. Senhor Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social do Estado do Paraná, pela iniciativa do "1º SIMPÓSIO PARANAENSE DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR", realizado nesta Capital nos dias 4 e 5 do corrente.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2759

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, propõe a inserção em Ata dos trabalhos desta sessão de registro especial em homenagem ao centenário de nascimento do Professor e Desembargador Joaquim Penido Monteiro, alvo de justa homenagem da congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, marcada para o dia 7 do corrente, com apoio da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná e da família Penido Monteiro.

Com efeito, o eminente jurista Dr. Joaquim Penido Monteiro, nascido em 16 de novembro de 1890 em Juiz de Fora, Minas Gerais, completando seus estudos de Direito em São Paulo e fazendo carreira pública no Paraná, onde foi Promotor de Justiça, professor secundário e, mais tarde, eminente professor de Direito Comercial e Civil da Universidade Federal do Paraná. Foi ainda Prefeito Municipal de União da Vitória, de 1928 a 1930, antes de se dedicar por inteiro à carreira de magistrado, na qual servira por ocasião da Guerra do Contestado.

Como Juiz, Penido Monteiro galgou todos os postos dessa difícil e espinhosa função, chegando, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. A inovação de sua produtiva e benemérita existência se torna fundamental hoje porque a memória dos homens de bem é necessária para que as novas gerações tenham um parâmetro em que se inspirar, como assinalou com justeza a sua brilhante filha, a pianista e professora Henriqueta Penido Monteiro Garcez Duarte.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 2782

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 55 da Constituição Estadual, ouvido o Plenário.

REQUER:

Seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, pedido de informação e de documentação, do período de 15.03.87 a 30.11.90, conforme segue:

- Informar, individualizadamente por

empresa do conglomerado, as despesas com publicidade, propaganda, publicações e serviços editoriais pagos, no período em referência.

- Relacionar por empresa beneficiada, o total no período de março de 1987/novembro de 1990.

- Anexar à resposta cópia das autorizações de veiculação e das respectivas notas fiscais/faturas.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoio: Nereu Carlos Massignan.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 621/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, com sede no município do mesmo nome e como resultado do desmembramento da Região Administrativa de Cascavel, que será integrada pelos seguintes municípios:

Santa Helena, Foz do Iguaçu (sede), Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Missal e Matelândia.

Art. 2º - A implantação da Região Administrativa de Foz do Iguaçu, dar-se-á, 120 dias após a publicação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A criação da Região Administrativa de Foz do Iguaçu irá facilitar a ação administrativa do Governo Estadual junto à população dos municípios desmembrados de outra Região Administrativa, tendo em vista tornar mais rápida e efetiva as decisões governamentais, reduzindo o deslocamento dos contribuintes e usuários de órgãos estaduais, facilitando o acesso.

A razão de ser Foz do Iguaçu a sede, decorre de diversos aspectos, quais sejam:

1) É o segundo município da Região Oeste, com aproximadamente 230.000 habitantes e 103.000 eleitores;

2) É o primeiro Pólo de atração turística Paraná e segundo do Brasil, com 7 milhões de visitantes/ano;

3) É a segunda arrecadação de ICMS no Oeste e oitava no Estado, com a possibilidade de no ano de 1991, vir a ser a primeira arrecadação do Oeste e terceira do Estado;

4) Fácil acesso entre os municípios integrantes dessa nova região Administrativa;

5) Possui comércio varejista diversificado e com grande número de Empresas Exportadoras e Importadoras, garantindo à

futura sede posição privilegiada no sistema de arrecadação Federal;

6) É a cidade que mais desenvolve-se no Paraná, com uma média de crescimento de 13% ao ano;

7) Localiza-se em região privilegiada e estratégica, com fácil acesso aos países vizinhos, Argentina e Paraguai, constituindo-se em portão de entrada do futuro Mercado Comum Latino Americano, e facilitando a integração entre os povos latinos americanos;

8) Possui grande rede escolar de 1° e 2° grau, contando ainda com o Colégio Agrícola Manoel Moreira Pena que atende aos filhos de agricultores de toda Região, inclusive de moradores do vizinho país-Paraguai;

9) Possui o Campus da UNIOESTE, através da FACISA, que facilita o acesso dos habitantes da região ao ensino de terceiro grau, constituindo-se em Pólo de Integração Cultural;

10) A maioria dos municípios que integram essa nova Região Administrativa margeia o Lago de Itaipu Binacional, cuja sede é em Foz do Iguaçu e, que tem em comum problemas advindos do represamento como foi constatada na reunião realizada em agosto deste ano, na cidade de São Miguel do Iguaçu;

11) Já possui órgãos regionais da administração pública Estadual, tais como: Círculo, Regional de Saúde, Núcleo Regional de Educação, Escritório da Sec. da Justiça, Trabalho e Ação Social, IPE, DER, 14° Batalhão da Polícia Militar, Comarca de Entrância Final, Junta de Conciliação e Julgamento, Jurisdição da Justiça Federal, entre outros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, passamos à  
**ORDEM DO DIA,**  
 com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 188/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 188/90 de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 188/90, de autoria do Deputado Acir Mezzadri e outros, que torna sem efeito a Resolução n° 28/90. Aprovado. Publ. no D.A. n°

146 de 03.12.90).

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n° 372/90, de autoria do Deputado Mário Pereira, que cria o município de RAMILÂNDIA, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica "ad-referendum" do resultado do plebiscito. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77 de 16.06.90).

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n° 513/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 178/90), que aprova Créditos Suplementares ao Orçamento do Estado, no montante de Cr\$ 275.123.649,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), conforme especifica. Aprovada. (Publ. no DA. n° 119, de 11.10.90).

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI N° 533/90**

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Ficam aprovados os créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 1.319.467.257,00 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros), conforme anexo I desta Lei, ficando simultaneamente procedida a conversão de fontes no valor de Cr\$ 153.800.00,00 (cento e cinquenta e três milhões e oitocentos mil cruzeiros) conforme artigo 17 da referida Lei.

Art. 2° - Servirá como fonte de recursos para cobertura do crédito referido no artigo anterior, igual importância conforme anexo II desta Lei.

Art. 3° - Em decorrência dos artigos 1° e 2° desta Lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem- DER, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, de acordo com os Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4° - Para efeitos do contido no Anexo I, código 1088- Desenvolvimento de Projetos Finalísticos das Unidades Programáticas da SETR, natureza da despesa 4323.00, Fonte 00, no valor de Cr\$ 75.000.000,00 (Setenta e cinco milhões de cruzeiros), os recursos serão destinados ao Município de Apucarana, para execução do trecho rodoviário Correia de Freitas/Barreiros.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY  
 Presidente

Relator.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I			FL. 01		I
					CRS 1,00		I
							I
1	1	INATUREZA	1	ILI			IN.DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR		I PROCI
1	1	IDESPESA	1	IRI			ICOP I
2100	1 SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I			I I
	1 ADMINISTRACAO	I	I	I I			I I
	1	I	I	I I			I I
2102	1 GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I			I I
	1 ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I			I I
1001	1 SERVICOS DE INFORMATICA - CELEPAR	I	4262.00	I 100 I I	200.000.000	I	110351
	1	I		I I I			I I
2300	1 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	I	I	I I			I I
	1	I	I	I I			I I
2302	1 GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I			I I
	1 ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I			I I
2702	1 INCREMENTO CREDITICIO AO	I	I	I I			I I
	1 COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS E	I	I	I I			I I
	1 AGROPECUARIA - BANESTADO	I	4262.00	I 100 I I	203.100.000	I	110351
	1	I		I I I			I I
4100	1 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I	I I			I I
	1 PUBLICA	I	I	I I			I I
	1	I	I	I I			I I
4104	1 DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	I	I	I I			I I
1009	1 FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO	I	I	I I			I I
	1 POLICIAL - FUNRESPOL	I	4130.00	I 129 I I	153.800.000	I	110351
4112	1 CORPO DE BOMBEIROS	I	I	I I			I I
1031	1 DESCENTRALIZACAO E REEQUIPAMENTO	I	I	I I			I I
	1 DO CORPO DE BOMBEIROS	I	3120.00	I 100 I I	2.159.000	I	110351
	1	I	4120.00	I 100 I I	5.408.257	I	110351
	1	I		I I I			I I
4500	1 SECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I	I I			I I
	1 TRANSPORTES	I	I	I I			I I
	1	I	I	I I			I I
4502	1 GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I			I I
	1 ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I			I I
2202	1 PROGRAMACAO A CARGO DO	I	I	I I			I I
	1 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I	I I			I I
	1 RODAGEM - DER	I	3211.03	I 100 I I	88.000.000	I	110351
	1	I	4311.02	I 100 I I	592.000.000	I	110351
4503	1 DIRETORIA GERAL	I	I	I I			I I
1098	1 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	I	I	I I			I I
	1 FINALISTICOS DAS UNIDADES	I	I	I I			I I
	1 PROGRAMATICAS DA SETR	I	4323.00	I 100 I I	75.000.000	I	110351
		T O T A L I			1319.467.257	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O I I			FL. 02		I
					CRS 1,00		I
							I
1	1	INATUREZA	1	ILI			IN.DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR		I PROCI
1	1	IDESPESA	1	IRI			ICOP I
4500	1 SECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I	I I			I I
	1 TRANSPORTES	I	I	I I			I I
	1	I	I	I I			I I
4502	1 GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I			I I
	1 ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I			I I

I CANCELAMENTO						A N E X O I V	FL. 03
							CRS 1,00
J	1			INATUREZA	ILJ		IN.DOI
I	CODIGO	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	1		IDESPESA	I	IRI		ICOP I
I	4600	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I		I I I		I
I		ITRANSPORTES - ENTIDADES	I		I I I		I
I		IVINCULADAS	I		I I I		I
I	I		I		I I I		I
I	4688	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I		I I I		I
I		IRODAGEM - DER	I		I I I		I
I	2206	ISERVICO DA DIVIDA PUBLICA - DER	I	3266.00	100ILI	1319.467.257	11035I
T O T A L						I	1319.467.257 I

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 369/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terreno que especifica ao município de Turvo. Com PARECER FAVORÁ-

VEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 446/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina "Escola Estadual Professora Ivone Soares Castanharo - ensino de 1° Grau", a "Escola Estadual Jardim Tropical", ensino de 1° Grau do Município de Campo Mourão. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 506/90, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, do município de São Jorge D'Oeste. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 524/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Viracopos e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 537/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores de Cantagalo, com sede e foro no município de Cantagalo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 548/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 186/90), que aprova crédito suplementar, alterando o orçamento de 1990 da Secretaria de Estado da Segurança Pública. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 580/90, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que estabelece normas para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 584/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 209/90), que aprova créditos suplementares, alterando o orçamento geral do Estado, para os órgãos da administração direta e indireta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 585/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 208/90), que aprova crédito suplementar, alterando o orçamento geral do Estado de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL

da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI N° 585/90

Artigo Único - Os Anexos I, II e III do Projeto de Lei n° 585/90, passam a ser os constantes da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio: Renato Adur, Pirajá Ferreira, Nilton Barbosa, Mário Pereira. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 586/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 207/90), que aprova créditos suplementares aos orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, aprovados pela Lei Estadual n° 9.173, de 27.12.89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 119/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 36/90), que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 120/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 37/90), que aprova as contas da aplicação da dotação de subvenção social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 163/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 79/90, ex-Proposição n° 048/90), que ratifica o convênio n° 93/UC, celebrado em 19.03.90, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem- DER e o Instituto Euvaldo Lodi do Paraná, objetivando a execução do Programa Estágio Curricular. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 164/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 80/90, ex-Proposição n° 49/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de

São Miguel de Iguaçu, Matelândia e Xambrê, objetivando manutenção e reparos de veículos, de instalação e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 165/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 82/90, ex-Proposição n° 50/90), que ratifica o convênio celebrado em 31.11.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico- CAFE do PARANÁ, objetivando repasse de recursos para atender serviços de inspeção sanitária no Paraná, do "Programa Produção Animal-Abatedouros Municipais". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 166/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 83/90- ex-Proposição n° 51/90), que ratifica os termos de revigoração dos convênios firmados respectivamente em 11.12.89 e 09.08.89, onde o primeiro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Mangueirinha e o outro, entre o Estado do Paraná, através da SEFA e o Município de Dois Vizinhos, ambos objetivando a conclusão da construção do edifício das Agências de Rendas nos Municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 40/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que regulamenta a utilização de transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas, gratuitamente por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 040/90**

Artigo Único - O inciso II, do Art. 2°, do Projeto em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

"II - Documento expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo Prefeito Municipal, atestando que o requerente é carente de recursos financeiros".

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamiento: Namir Piacentini, Irondi Pugliesi, Mário Pereira, Artagão Mattos

Leão.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda visa adequar melhor a redação aos requisitos existentes na Constituição Estadual, mais precisamente na norma regulamentada, ou seja, o art. 224, da Carta Estadual. Aprovado o Projeto artigo por artigo.

Emenda. Aprovada.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 542/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera os dispositivos que especifica da Lei n° 8933/89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 2.<sup>a</sup>  
Discussão do Projeto de Lei n° 562/90....

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência anunciou o Projeto 542/90, que altera as reduções de alíquotas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já foi votado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É matéria já aprovada e a Mesa estava anunciando já o 562/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas a Mesa só estava anunciando, Senhor Presidente.

Cabe a mim o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas a Mesa anuncia a votação do projeto, foi votado e ninguém requereu a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu requeri, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas depois do 562/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Quando Vossa Excelência anunciou a votação do projeto, eu requeri pela ordem Vossa Excelência continuou lendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ouvi



Vossa Excelência falar após ter anunciado o 562/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu pediria a vênia da Mesa, que nós fizéssemos a verificação de votação do Projeto n. 542/90. É um projeto polêmico, importante.

O SR. HERMAS BRANDÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, nós consideramos matéria já vencida, conforme decisão de Vossa Excelência. Pedimos então que dê continuidade à pauta do dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há, Deputado Caíto Quintana, a 3.ª discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas, Senhor Presidente, o Senhor não colocou em votação o próximo projeto, eu pedi pela ordem a Vossa Excelência no que Vossa Excelência anunciou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Eu anunciei o Projeto 562, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas porque Vossa Excelência demorou a me dar a palavra pela ordem, eu lembro a Vossa Excelência que tive que insistir nela.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu acho que Vossa Excelência está equivocado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Bom, então tudo bem, vota-se a pauta toda.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Senhor Presidente, nós consideramos matéria vencida e o próprio Líder da Bancada solicitou que nós demos andamento à pauta do dia.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de requerer à Mesa que antes da verificação de votação se procedesse à chamada nominal, para que os Deputados que se encontram nos Gabinetes tenham a oportunidade de participar da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Luciano Pizzatto) Termina a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Responderam à chamada dois Senhores Deputados. Se a Mesa estiver atrapalhando os Senhores Deputados suspendo a sessão por cinco minutos.

Restabelecida a sessão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 562/90, e autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 192/90), que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 7047, de 21.11.78, alterado pela Lei n. 9224, de 09.04.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 562/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 192/90, tem por finalidade dar nova redação ao Artigo 1º da Lei n. 7047 de 21/11/78 alterado pela Lei n. 9224 de 09.04.90 (O efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, é fixado em 20083 policiais-militares).

Analizando-se a matéria, verificamos que não há óbice de natureza constitucional, legal e regimental que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Lei.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 563/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 195/90), que aplica, no que couber, aos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, criada pela Lei n. 9422, de 05.11.90, os direitos, deveres e vedações atribuídos às carreiras a que se refere o artigo 135/90, da Constituição Federal. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 563/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 195/90, tem por finalidade suprir a lacuna da Lei n. 9422 de 05.11.90, aplicando-se no que couber, os direitos e vedações atribuídos às carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição Federal, aos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medi-

da proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 594/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que altera a redação do artigo 1.<sup>o</sup> da Lei n. 9318, de 12.07.90 (ad referendum do resultado do plebiscito). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo).

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI N.º 594/90

#### P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio, o presente projeto de lei tem por escopo a redação do art. 1.<sup>o</sup>, da Lei n. 9318, de 12.07.90 (ad referendum do resultado do plebiscito).

O projeto de lei em tela visa a retificação de divisas do pretense município de São José do Ivaí com o Município de Santa Isabel do Ivaí, de acordo com ofício DPE/164/90, PROC. 0635/90 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE - a este Poder enviado, e que especifica a área territorial do Município de São João do Ivaí, bem como seus limites.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 168/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Resolução n. 168/90. Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação o projeto. Aprovado.

O SR. NEIVO BERARDIN - (Pela Ordem) - Eu não entendi direito. É 168 que está sendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. NEIVO BERARDIN - (Pela Ordem) Certo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa informa Vossa Excelência que no mesmo turno de votação não cabe a retirada, a menos que Vossa Excelência consiga vinte e oito assinaturas.

O SR. NEIVO BERARDIN - (Pela Ordem) Será um tanto quanto difícil agora nesse momento Senhor Presidente. Será difícil agora com esse espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na próxima sessão Vossa Excelência pode apresentar o requerimento.

Em votação, sem as emendas que eu vou considerar em 3.<sup>a</sup> discussão. Todas as emendas apresentadas serão consideradas em 3.<sup>a</sup>, inclusive as emendas de Vossa Excelência.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, esse Projeto 168, que trata do Regimento Interno, seria importante se pudessemos ter um acordo para que discutíssemos esse Projeto na convocação extraordinária, que eventualmente venha a ocorrer, e aí nós teríamos mais tempo para discutir, apresentar emendas e melhor elaborarmos sobre este assunto, inclusive para apreciação das emendas, que serão apreciadas em 3.<sup>a</sup> discussão. Na sessão de hoje nós votaremos o projeto em 2.<sup>a</sup> discussão aceitando as emendas para a 3.<sup>a</sup> discussão.

Em votação. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado, ressalvadas as que serão apreciadas em 3.<sup>a</sup> discussão. Aprovado o projeto, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 169/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n.º 109/90, ex-Proposição n.º 82/90), que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a União através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Instituto de Pesquisas Espaciais e com a UFPR, visando implantar e operar o "Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná - LASERP". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 170/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n.º 89/90, ex-Proposição n.º 70/90), que ratifica o convênio celebrado em 22.03.90, entre o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR e a Fundação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas-Mirins. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 171/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 98/90, ex-Proposição n° 69/90), que ratifica o convênio celebrado em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 172/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 102/90, ex-Proposição n° 68/90), que ratifica o convênio celebrado em 20.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 173/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 103/90, ex-Proposição n° 67/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com os municípios, datas e objetivos conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 174/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 101/90, ex-Proposição n° 65/90), que ratifica o convênio celebrado em 19.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCEAM, e os municípios de Céu Azul, Matelândia, Missal, Nova Santa Rosa, Toledo, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras e Vera Cruz do Oeste, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 434/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que estabelece critérios para o recolhimento em regime simplificado de pagamento de ICMS por estabelecimentos de microempresas e empresas de pequeno porte. (Publ.no D.A. n° 94 de 20.08.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 434/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n° 434/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 539/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita a União dos Escoteiros do Brasil - Grupo Escoteiro "Baden Powell", o porão do imóvel pertencente à FASPAR, situado na Unidade Social Oficial Diva Pereira Gomes. Aprovado. (Publ.no D.A.n° 128 de 29.10.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 573/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que altera a redação da Lei 9391 de 01 de outubro de 1990. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 139 de 19.11.90).

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Sr. Presidente.

A respeito do 573/90, Sr. Presidente, na data de ontem, nós requeremos a inclusão na Ordem do Dia de um Projeto de nossa autoria, o 476/90, que trata de matéria semelhante, matérias correlatas, redução de alíquotas de ICMS, no entanto, o projeto não foi incluído. Então, nós solicitaríamos a Vossa Excelência que determinasse à Mesa, que anexasse o nosso Projeto 476/90 ao Projeto 573/90, para que os dois pudessem tramitar juntos; as emendas que fossem apresentadas apreciadas juntas da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deferido. A Mesa providenciará o ajuntamento dos projetos.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 578/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que concede uma pensão no valor de Cr\$ 16.659,10 (dezesesseis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros e dez centavos), a Senhora Maria de Lurdes Mendes de Camargo. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140 de 20.11.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 597/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 210/90), que concede gratificação de Regência de Classe, que corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor mensal que resultar do respectivo número de horas/aula efetivamente ministradas ou acompanhadas, aos servidores integrantes do quadro de pessoal da Fundação Teatro Guaíra, conforme especifica. Aprovado. (Publ.no D.A.n° 144 de 28.11.90 Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 98/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 211/90), que institui a gratificação por apresentação de espetáculo, a ser paga aos servidores do Quadro de Pessoal da Fundação Teatro Guaíra. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 144 de 28.11.90 Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 039/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que transforma o Setor de Telefonia desta Assembléia Legislativa em Coordenação de Telefonia. Aprovado. (Publ. no D.A.n° 66 de 08.08.89).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 175/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 105/90 - ex-Proposição n° 66/90), que ratifica os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os municípios de Ponta Grossa e Alto Paraná em 04.04.90, e com o município de Guaratuba em 06.03.90, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos de Polícia e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 66/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 105/90, a Proposição em tela, visa ratificar os convênios, já celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os municípios de Ponta Grossa e Alto Paraná em 04.04.90, e com o município de Guarapuava em 06.03.90, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

A ratificação desta, fundamenta-se no art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela sua APROVAÇÃO, corroborando na forma do projeto de resolução que em anexo encaminha.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

IRONDI PUGLIESI - Relatora.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 176/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 107/90 - ex-Proposição n° 83/90), que ratifica o convênio celebrado em 03.04.90, pelo Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do DECOM, com o município de Loanda, objetivando a construção da 2.<sup>a</sup> Companhia Polícia Militar do 8º Batalhão, no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 083/90

P A R E C E R:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 107/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao convênio celebrado em 03.04.90, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e do Departamento de Construções de Obras e Manutenção - DECOM e o município de Loanda, objetivando a construção da 2.<sup>a</sup> Companhia Policial Militar do 8º Batalhão, no referido município.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no art. 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina FAVORAVELMENTE pela sua RATIFICAÇÃO, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

IRONDI PUGLIESI - Relatora.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 177/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 108/90) - ex-Proposição n° 84/90), que ratifica o convênio e o Primeiro Termo Aditivo, celebrado em 15.03.90 e 04.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o município de Cascavel e a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, objetivando a manutenção e reparos de veículos, instalações e equipamentos das Polícias Civil e Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 084/90

PARECER:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 108/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao Convênio e ao Primeiro Termo Aditivo celebrados em 15 de março de 1990 e 04 de abril de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Cascavel e a Associação Comercial e Industrial daquela municipalidade, objetivando a manutenção e reparo de veículos, instalações e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina FAVORAVELMENTE pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 178/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 111/90 - ex-Proposição n° 87/90), que ratifica o convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 05.03.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, visando a execução do Programa Apoio empresarial para 1990, e o Sexto Termo Aditivo datado de 26.03.90, de Cooperação Técnica celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Fazenda e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a execução de trabalhos na área de recursos humanos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 087/90

PARECER:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 111/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 15 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, visando a execução do Programa de Apoio Empresarial para 1990, e ao sexto Termo Aditivo datado de 26 de março de 1990, de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a execução de trabalhos na área de recursos humanos.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina FAVORAVELMENTE pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 179/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 112/90 - ex-Proposição n° 91/90), que ratifica convênio celebrado em 12.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, objetivando a publicação dos anais do "I Encontro Sul Americano de Fonoaudiologia". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 091/90

PARECER:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 112/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao Convênio celebrado em 12 de abril de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, objetivando a publicação dos Anais do I Encontro Sul Americano de Fonoaudiologia.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina FAVORAVELMENTE pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 180/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 113/90 - ex-Proposição n° 92/90), que ratifica o convênio celebrado em 30.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a Universidade Federal do Paraná e a Fundação Universidade Federal do Paraná, para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização do curso de especialização em Ciências Penais, a nível de pós-graduação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

## PROPOSIÇÃO N° 092/90

## PARECER:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 113/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao Convênio celebrado em 30 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a Universidade Federal do Paraná e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, com a finalidade de realizar o Curso de Especialização em Ciências Penais, a nível de pós-graduação.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina FAVORAVELMENTE pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 182/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 106/90 - ex-Proposição n° 85/90), que ratifica o primeiro Termo Aditivo firmado em 27 de março de 1990, ao convênio de Cooperação Técnica n° 01/89, celebrado entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Bosca Distribuidora de Asfaltos S.A., objetivando a prestação de orientação técnica e operacional. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

## COMISSÃO GERAL

## PROPOSIÇÃO N° 085/90

## PARECER:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 106/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao primeiro Termo Aditivo firmado em 27 de março de 1990, ao Convênio de Cooperação Técnica n° 01/89, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Bosca Distribuidora de Asfaltos S.A., objetivando a prestação de orientação técnica e operacional.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54,

XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina FAVORAVELMENTE pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 183/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 124/90 - ex-Proposição n° 120/90), que ratifica o convênio celebrado por motivo de urgência em 11.06.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o município de São José das Palmeiras, objetivando reparos de veículos da Polícia Civil. Aprovado.

## COMISSÃO GERAL

## PROPOSIÇÃO N° 120/90

## PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 124/90, a presente Proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao convênio celebrado por motivo de urgência, em 11 de junho de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de São José das Palmeiras, objetivando reparos de veículos da Polícia Civil.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração.

Analisando os termos do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 184/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 125/90 - ex-Proposição n° 121/90), que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através do

Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha- FCMR, objetivando a prestação de apoio financeiro, visando a realização pela FCMR, dos projetos de pesquisas constantes do Anexo I da referida minuta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 121/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 125/90, a presente Proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha- FCMR, objetivando a prestação de apoio financeiro, visando a realização pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha, dos projetos de pesquisas constantes do Anexo I, da referida minuta.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração.

Analisando os termos do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 185/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 128/90 - ex-Proposição n° 122/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o Instituto Agrônomico do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 122/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem n° 128/90, a presente proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com o Instituto Agrônomico do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme específica.

De acordo com o artigo 54, inc. XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado.

Analisando os termos do convênio firmado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua AUTORIZAÇÃO, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

Sala das Sessões, em 29.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 186/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 130/90 - ex-Proposição n° 124/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com a Fundação de Pesquisas Florestais - FUFEP, objetivando a prestação de apoio financeiro visando a realização pela FUFEP dos projetos de pesquisa constante no Anexo I da referida minuta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 124/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem n° 130/90, a presente Proposição tem a finalidade de solicitar autorização a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Fundação de Pesquisas Florestais - FUFEP, objetiva a prestação de apoio financeiro visando a realização pela FUFEP dos projetos de pesquisas constante do Anexo I da referida minuta.

De acordo com o artigo 54, inc. XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos inte-



Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua AUTORIZAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 187/90, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Matelândia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de RAMILÂNDIA. Aprovado, (Public. no DA. n. 145 de 29.11.90).

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 21/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 24/90), que ratifica o Protocolo de Intenções firmado em 12.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, visando ampliar a capacidade do Corredor de Exportação.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 021/90

P A R E C E R:

A presente proposição oriunda da Mensagem 24/90, visa ratificar o Protocolo de Intenções, já firmado, por motivo de urgência, em 12 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, visando ampliar a capacidade do Corredor de Exportação.

A solicitação desta proposição é a ratificação desta Casa ao Protocolo de Intenções já citado, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Por motivo de urgência, foi celebrado em 02.01.90.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, nos termos do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 06.12.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 86/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 110/90), que solicita autorização, a fim de que o Poder Executivo, através da Fun-

dação de Esporte e Turismo, possa subscrever ações no montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para integralizar aumento de capital na Companhia Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 086/90

PARECER:

A presente proposição oriunda da Mensagem 110/90, visa solicitar autorização desta Casa a fim de que o Poder Executivo, através da Fundação de Esporte e Turismo, possa subscrever ações no montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para integralizar aumento de seu capital na Companhia Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR.

Tal subscrição de ações será atendida por recursos oriundos do orçamento da Fundação de Esporte e Turismo.

Não havendo óbice de natureza legal e regimental, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 74/90 - (Veto Parcial), ao Projeto de Lei n. 234/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, a partir de 01.04.90. Aprovada.

OF/DTL/N° 84/90

Curitiba, 14 de maio de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 072/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n. 234/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, a partir de 1° de abril de 1990, em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Poder Judiciário, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. O veto apostado incidiu sobre as disposições do art. 3° e seus parágrafos e do art. 4°.

A necessidade de veto aos dispositivos antes mencionados decorre do fato de que os mesmos, se acolhidos fossem, implicariam numa indiscutível situação de inconstitucionalidade, pois, face o veto parcial apostado, nesta data, ao Projeto de Lei 233/90, que trata do reajuste dos vencimentos dos funcionários do Poder Executivo, aqueles dispositivos estariam afrontando os mandamentos contidos no inciso X, do art. 37, da Magna Carta Federal e reproduzidos no inciso X, do art. 27, da Constituição Estadual, os quais determinam que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos seja feita sem distinção de índices e sempre na mesma data. Também em face do inciso XII, do mencionado art. 27, da Carta Estadual estabelecer que os vencimentos dos servidores dos demais Poderes "não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo", e, ainda, levando-se em conta a possibilidade do funcionalismo estadual obter reajustes remuneratórios acima dos índices fixados pela política salarial do Governo Federal.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n. 234/90 encontra-se publicado no DA. n. 41, de 19.04.90).

Sobre a mesa, requerimento de n° 2762, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2763, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoioamento dos Senhores Deputados Hermas Brandão, Nereu Carlos Massignan, Haroldo Rodrigues Ferreira e Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2765 a 2769 e 2784 a 2795, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2770 e 2771, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2772, 2773, 2775, 2776, 2777 a 2781, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2759, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2761, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2774 e 2783, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2796, 2797, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2798, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2800, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2801, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2802, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2803, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2804, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2782, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoioamento do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa consulta as Lideranças partidárias para que decidam em conjunto se devemos fazer Sessão amanhã ou na segunda-feira.

O SR. JOÃO ARRUDA - Senhor Presidente, a Bancada do PFL opta pela segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Caíto, com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Essa é a posição dos integrantes da Bancada do PMDB também, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Infelizmente o PSDB foi voto vencido. Marco sessão para segunda-feira, com apreciação do veto apostado ao projeto n° 74/90.

Na segunda-feira, o relator do orçamento, apresentará o seu relatório, e vai conceder ao relator, toda a hora do expe-

diente para uma ampla e precisa divulgação do seu substitutivo geral.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10 de dezembro, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 560/90

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 585/90

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 40/90, 542, 594, 562, 563, 168/90.

e dos Projetos de Resolução de n°s 169 a 174/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 266, 323, 539, 573, 578, 597 e 598/90

e dos Projetos de Resolução n°s 39/89, e n°s 175 a 188/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 54, 194, 203, 292, 385, 454, 461, 465, 466, 467, 501, 579, 581, 590, 604, 605, 607, 608 e 619/90,

e dos Projetos de Resolução n°s 181, 190, 191, 193, 194/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 119, 132, 151 e 71/90.

Levanta-se à sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 127/90

conceder, a JOSÉ ARY NASSIFF, ocupante do cargo em comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Administrativa, da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referente ao exercício de 1990, a partir de 03 de dezembro do corrente ano.

(Prot. n° 9075).

PORTARIA N° 128/90

conceder, a FARID LUIZ GUÉRIOS, matrícula n° 1289, ocupante do cargo de Coordenador da Coodenadoria de Processamento de Dados,

DAS-4, da Diretoria de Serviços Especiais, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 16 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9036).

PORTARIA N° 129/90

comunicar que não haverá expediente nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 16 de novembro do corrente ano. GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 14 de novembro de 1990.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

#### Atas das Comissões:

#### COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e noventa, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão Permanente de Fiscalização, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso, com as presenças dos Deputados Luiz Antonio Setti, Nereu Massignan e Algaci Túlio, com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização da eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados João Arruda e Rafael Greca de Macedo, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que se produza os efeitos legais.

(aa) BASILIO ZANUSSO

LUIZ ANTONIO SETTI

NEREU MASSIGNAN

ALGACI TÚLIO

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 7.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa, na sala de reuniões das comissões desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, sob a presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, mais os Senhores Deputados membros da comissão abaixo assinados. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Presidente declarando abertos os

trabalhos da presente, referindo-se ao processo que seria relatado. Trata-se matéria da Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, protocolado sob n° 8578/90, encaminhada através do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1989, Proposição n° 169/90. A matéria cumpre o disposto no artigo 87, inciso XI, da Constituição Estadual, e, está dividida em três partes: Administração Direta, Administração Indireta e Administração Global. De conformidade com os artigos 74 e 75 da Constituição Estadual a matéria foi encaminhada ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, recebendo aprovação plena emitida pelo Senhor Conselheiro Relator Nestor Baptista. Na Comissão de Tomada de Contas teve como Relator o Deputado Valderi Vilela, que deu Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por unanimidade pelos seus pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados e por mim, Maria Regina Subtil, que secretariei a presente reunião.

(aa) HERMAS BRANDÃO  
Presidente  
MARIA REGINA SUBTIL  
Secretária

## MEMBROS:

Valderi Mendes Vilela  
Basílio Zanusso  
Vera Agibert  
José Afonso Júnior  
Luiz Antonio Setti

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

## PROPOSIÇÃO N° 169/90

## PARECER:

A Proposição em exame, trata do balanço geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativas ao exercício financeiro de 1989, encaminhada para apreciação por esta Casa de Leis, através do ofício A.T.G. 2207/90, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

A matéria cumpre o disposto no artigo 87, inciso XI, da Carta Magna Estadual.

A referida Prestação de Contas, está dividida em três partes, a saber: Administração Direta, Administração Indireta e Administração Global.

O relatório contendo elementos contábeis de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, relativo à Administração Direta e Indireta (Fundações, Autarquias,

Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas), do Estado, oferecem os dados necessários para uma detalhada apreciação da situação das finanças públicas.

De conformidade com os artigos 74 e 75, da Constituição Estadual, o assunto foi encaminhado ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por intermédio do Ofício GP n° 188/90, datado de 20 de agosto de 1990, pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Os prazos Constitucionais foram rigorosamente cumpridos, no tocante à tramitação da Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná.

Conclusos os exames dos valores expressos nos compêndios apresentados, opinou a Diretoria Técnico-Jurídica daquele Tribunal, pela aprovação das citadas contas.

O parecer emitido pelo Conselheiro Nestor Baptista, foi pela aprovação das contas de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, referente ao exercício de 1989.

Conforme a Resolução n° 12.278/90, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, o Parecer Prévio emitido pelo Excelentíssimo Senhor Relator Conselheiro Nestor Baptista, sobre as contas relativas ao exercício financeiro de 1989, foram as mesmas aprovadas por unanimidade por aquela Colenda Corte de Contas do nosso Estado.

Do até aqui exposto, verificamos que a matéria foi exaustiva e suficientemente examinada, coletando os dados e os elementos indispensáveis para nossa perfeita apreciação.

Tanto do ponto de vista Constitucional, Legal ou Regimental, a matéria aqui tratada não encontra óbice algum que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Isto posto, e face a tudo mais que dos autos de Prestação de Contas e seus anexos constam, e verificando-se a plena legalidade das Contas prestadas na execução Financeira e Orçamentária relativas à gestão do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Fernandes Dias, no exercício de 1989, nosso parecer é FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da matéria ora em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

VALDERI MENDES VILELA  
Relator.